

Universidade Federal de Ouro Preto
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas
Departamento de Serviço Social



UFOP

Universidade Federal
de Ouro Preto

**ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NOS INSTITUTOS FEDERAIS E O SERVIÇO
SOCIAL: o percurso histórico desse espaço sócioocupacional e os seus
desafios**

Adriana Campos Santos

Mariana, 2021

Adriana Campos Santos

ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NOS INSTITUTOS FEDERAIS E O SERVIÇO SOCIAL: o percurso histórico desse espaço sócio ocupacional e os seus desafios

Trabalho elaborado como requisito parcial para a conclusão do curso de graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto. Orientadora: Ma. Cibelle Dória da Cunha Bueno

Mariana, 2021



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
REITORIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL



FOLHA DE APROVAÇÃO

Adriana Campos Santos

ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NOS INSTITUTOS FEDERAIS E O SERVIÇO SOCIAL: o percurso histórico desse espaço sócioocupacional e os seus desafios

Monografia apresentada ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social

Aprovada em 14 de Janeiro de 2022.

Membros da banca

Mestra - Cibelle Dória da Cunha Bueno - Orientadora (Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP)
Doutora - Adriana de Andrade Mesquita (Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP)
Especialista - Olsymara Cavalcanti (Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG)

Cibelle Dória da Cunha Bueno, orientadora do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 21/01/2022.



Documento assinado eletronicamente por **Cibelle Doria da Cunha Bueno, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 20/01/2022, às 17:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0270573** e o código CRC **9EF2CB74**.

Referência: Caso responda este documento, indicar expressamente o Processo nº 23109.000805/2022-64

SEI nº 0270573

R. Diogo de Vasconcelos, 122, - Bairro Pilar Ouro Preto/MG, CEP 35400-000
Telefone: - www.ufop.br

Dedico este trabalho a todo o curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto, corpo docente e discente, a quem fico lisonjeada por ter feito parte.

*“Educação não transforma o mundo.
Educação muda as pessoas.
Pessoas transformam o mundo.”
(Paulo Freire)*

Resumo

Esse trabalho tem como objetivo fazer um levantamento sobre o percurso histórico da Assistência Estudantil nos Institutos Federais de Minas Gerais e os desafios enfrentados pelos Assistentes Sociais nesse espaço sociocupacional. O estudo foi desenvolvido a partir de uma pesquisa bibliográfica e considerando a observação participante a autora, que por meio do estágio, teve condições de aferir muitas das impressões expressas nesta pesquisa, por meio da qual evidenciou os pontos principais da construção da educação no Brasil; o processo de construção da educação profissional e tecnológica e a sua reestruturação; A luta para se chegar até o surgimento das políticas de assistência estudantil e seus desafios de se efetivar na prática; e, sobretudo, como isso impacta diretamente no trabalho profissional do Assistente Social atuante nessa política. A partir do estudo realizado é evidente como a atuação do assistente social acaba sendo limitada por conta de entraves externos, pelos vários ataques do governo à educação, exigindo que o profissional tenha uma atuação mais crítica para poder elaborar ações para além de concessões de auxílios, para a defesa da educação pública e de qualidade como um direito social de todos.

Palavras chave: Assistência Estudantil - Serviço Social - Trabalho profissional - Educação - Institutos Federais.

Abstract

This work aims to survey the historical trajectory of Student Assistance in the Federal Institutes of Minas Gerais and the challenges faced by Social Workers in this socio-occupational space. The study was developed from a bibliographical research and considering participant observation, the author, who through the internship, was able to assess many of the impressions expressed in this research, through which she highlighted the main points of the construction of education in Brazil; the process of construction of professional and technological education and its restructuring; The struggle to arrive at the emergence of student assistance policies and their challenges of putting them into practice; and, above all, how this directly impacts the professional work of the Social Worker acting in this policy. From the study carried out, it is evident how the work of the social worker ends up being limited due to external obstacles, by the various attacks by the government on education, demanding that the professional have a more critical role to be able to elaborate actions beyond granting aid, for the defense of public and quality education as a social right for all.

Keywords: Student Assistance - Social Work - Professional work - Education - Federal Institutes.

Sumário

Introdução.....	9
1. Compreender a interface entre a Educação e o Serviço social;.....	10
1.1 Educação enquanto política pública e a inserção do Serviço Social na educação;.....	10
2. Contexto de criação da Educação Profissional e Tecnológica;.....	19
3. Compreender o papel da política de assistência estudantil no Brasil e sua Implementação nos Institutos Federais;.....	26
3.1 O desmonte das políticas públicas;.....	35
4. Assistência Estudantil nos Institutos Federais - O percurso histórico desse espaço sócio ocupacional e os seus desafios;.....	38
4.1 Das dificuldades enfrentadas pelos Assistentes Sociais no seu fazer profissional dentro dos Institutos Federais;.....	41
4.1.1 Do percurso metodológico;.....	41
4.1.2 Aspectos teórico-metodológicos do trabalho profissional do Assistente social na Assistência Estudantil;.....	45
Considerações finais;.....	53
Referências Bibliográficas;.....	54

Introdução

O presente trabalho advém de uma pesquisa bibliográfica de textos, pesquisas e das percepções enquanto estagiária no setor de Serviço Social em um Instituto Federal de Minas Gerais - Campus Ouro Preto, no período de outubro de 2019 até agosto de 2021. A partir dessa vivência nesse espaço sócio ocupacional me despertou inquietações sobre os desafios enfrentados dentro da política de assistência estudantil.

Analisar tais desafios da atuação profissional na educação requer percorrer todo o contexto histórico da sua formação, os processos sociais, econômicos e políticos dentro da sua dinâmica. Buscou-se então fazer todo o percurso da educação no Brasil, a relação do Serviço Social e a educação, a trajetória da educação tecnológica e a assistência estudantil com os seus desafios dentro desse espaço sócio ocupacional para a atuação dos/das Assistentes Sociais.

Visando apontar importantes aspectos do exercício profissional no campo da assistência estudantil, que vem ganhando espaço nos debates ao longo dos últimos anos no Brasil, como um programa que tem o objetivo de viabilizar o acesso à educação superior à pessoas de baixa renda, pertencentes à classe trabalhadora. Tal política que “atualmente, tende a orientar-se pelas diretrizes do projeto capitalista neoliberal, em que a obtenção de lucros cada vez maiores se sobrepõe à garantia dos direitos da população” (CAVAIGNAC, M. COSTA, R. 2017. p.413).

Desse modo, buscou-se trazer os elementos sobre a dinâmica de trabalho dos assistentes sociais nesse espaço, com o objetivo de se discutir as condições que se dá a prática profissional e as possibilidades da efetivação da educação como um direito social de todos.

1. Compreender a interface entre a Educação e o Serviço social;

1.1 Educação enquanto política pública e a inserção do Serviço Social na educação;

Para compreendermos a educação como uma Política Social, precisamos assimilar o conceito de educação a partir de sua produção social e do papel que as escolas assumem na sociedade, discutindo a função social assumida pela educação no atual contexto (CFESS, 2001).

Para refletirmos sobre a educação de forma geral, precisamos compreender que o seu desenvolvimento vai estar diretamente ligado às questões das transformações econômicas ligadas ao trabalho. Precisamos reconhecer que o nosso passado colonial deixou marcas bem profundas e que sofremos os seus reflexos até hoje, principalmente quando falamos de conquista de direitos para a classe trabalhadora. No Brasil Colonial se deu em um contexto de graves problemas sociais, marcado pela miséria e o desemprego, onde negros e índios eram mão de obra destituída de humanidade, sendo reduzidos à “instrumento vivo de trabalho”. Onde se tinha um Estado e uma sociedade incipientes para enfrentar as questões relacionadas à pobreza e à miséria do povo. Tal condição era resultante de condições histórico-estruturais, que caracterizam a pobreza como fragilidade moral, de predestinação divina, ou de um componente biológico e cultural, reforçando assim a naturalização das desigualdades econômicas e sociais. O período escravocrata no Brasil, trouxe novos contornos sobre o trabalho e educação na sociedade brasileira, que passaram a ser pensadas a partir das necessidades que surgiram advindas do mundo do trabalho, para poder trazer condições aos indivíduos para exercer papéis ativos na sociedade (SOUZA, 2017).

Segundo Dentz e Silva (2015), os registros do processo de escolarização no Brasil começaram por volta do ano de 1549 com os jesuítas, durando cerca de 210 anos, até meados de 1759, quando foram expulsos. Durante os três séculos de colonização (1500-1822) os portugueses deixaram para trás

um povo analfabeto e escravo; uma economia monocultural e latifundiária; um Estado absolutista, onde algumas pessoas exerciam poderes absolutos sobre a sociedade. De modo que, na proclamação da independência, “não havia cidadãos brasileiros, nem pátria brasileira” (Carvalho, 2002, p. 18). Assim, avança-se desde a independência (1822) até o final da Primeira República (1929), período em que a colonização portuguesa continuou deixando “marcas duradouras”, remetendo ao entendimento daquilo que se denomina “peso do passado” (DENTZ M., SILVA R. 2015, *apud*, CARVALHO, 2002, p.18).

Com a queda da monarquia e a Proclamação da República, em 1889, o projeto de educação dessa nova política seria que fosse para todos, mas ao contrário disso, a educação sofria com uma dualidade, se tinha o estudo voltado para a elite e a outra para o povo. Ficava bem nítida a diferença da educação ofertada para as classes mais privilegiadas, que tinha como foco uma preparação para o ingresso nos cursos superiores, e a educação ofertada para o proletariado, que era voltada para uma formação profissional. Com isso, a educação profissional surge dentro de uma dualidade estrutural, “[...] havia uma nítida demarcação da trajetória educacional dos que iriam desempenhar funções intelectuais e instrumentais” (BENITES; SOUZA, 2021, p.8, *apud*, KUENZER, 2007, p.27).

Dessa forma, desde a educação já se tinha a divisão das classes e funções. Desde já e por meio da educação se determinava quem iria gerenciar e quem iria operar as atividades do mundo do trabalho. A classe dominante mantinha o seu status de superioridade, enquanto a classe trabalhadora recebia a formação instrumental para estar de acordo com as profissões manuais que iriam exercer e seguir subordinada às classes elitistas; “[...] era necessário qualificar a mão de obra trabalhadora e formar a elite responsável por conduzir o país” (BENITES; SOUZA, 2021, p.8, *apud*, RAMOS, HEINSFELD, 2017, p.187).

A partir de 1890, começaram a ter algumas iniciativas sobre reformas na Educação, como por exemplo: a reforma educacional liderada por Benjamin Constant, que tinha como princípios a liberdade do ensino, o ensino laico e educação primária gratuita, como já previa a Constituição do país; Código Epiácio Pessoa, em 1901; a Reforma Rivadávia, em 1911; a Reforma de Carlos

Maximiliano, em 1915; a Reforma de Luís Alves/Rocha Vaz, em 1925 (DENTZ M., SILVA R. 2015, *apud*, Beisegel, 1995). Mesmo com essas iniciativas a taxa de analfabetismo no Brasil era muito alta, cerca de 75% (DENTZ M., SILVA R. 2015, p.14). Com isso, iniciaram campanhas de difusão de escolas primárias, para poder diminuir o analfabetismo, mas mesmo assim era notável que a desigualdade e a precarização da educação continuavam.

Entre os anos de 1910 à 1920, foi um período de mudanças na educação brasileira com algumas experiências de ideias revolucionárias que foram trazidas por espanhóis e italianos, que acreditavam que a educação tinha que ser para todos (DENTZ M., SILVA R. 2015, p.14). Essas ideias resultaram na fundação de algumas escolas com objetivos de instaurar um ensino que seja laico e integral, mas tais escolas acabaram sendo fechadas por conta da repressão do governo que acreditava que eram “perturbadoras da ordem” (DENTZ M., SILVA R. 2015, p.14, *apud*, Aranha, 2006). Sendo um período marcado por ter tido uma diversidade de ideologias e propostas ligadas à Educação, a fim de melhorias para a situação do ensino no país. Nota-se que até o ano de 1930, o Brasil tem uma incapacidade de reduzir as desigualdades e de tornar a educação realmente para todos, produto do projeto colonizador entranhado ainda no início do século XX.

O começo de uma articulação entre o Serviço Social e a Educação acontece desde a origem dos processos constitutivos da profissão, em 1936 quando se tem a instauração da primeira escola de Serviço Social (DENTZ M., SILVA R. 2015, *apud*, CASTRO, 2000). Mas “é a partir da década de 1990, em consonância com o amadurecimento do projeto ético-político profissional, que se visualiza no Brasil um considerável aumento da inserção do Serviço Social na área da Educação” (CFESS, 2011, p. 5), junto com o aumento das discussões sobre a política de educação pela categoria, por meio dos Encontros Nacionais do CFESS/CRESS, de Comissões e Grupos de Estudo, para debaterem sobre a temática e para auxiliar os conselhos a elaborar documentos normativos para a atuação dos assistentes sociais nessa área.

Essa iniciação do Serviço Social ocorreu em um período onde a educação brasileira estava passando pelo processo de democratização, com

aumento de oportunidades de acesso à escola, para todos os níveis de ensino. Por outro lado, nota-se também que foi um período de repressão do Estado aos movimentos dos trabalhadores que se organizavam, se tinha pressões pela melhoria da educação pública (DENTZ M., SILVA R. 2015, p.15).

Na Constituição de 1934, já se tinha sinalizações para a constituição de uma política nacional de educação, centralizando as questões do ensino com um Plano Nacional de Educação e Conselhos Nacionais e Estaduais de Educação. No ano de 1953, no governo de Vargas, fizeram a separação da Educação e da Saúde, com a Lei nº1.920 que criou o então Ministério da Educação e Cultura. Já no governo de Juscelino Kubitschek, a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) também veio tratar questões referentes às políticas de escolarização, mas que acabou não resultando em transformações na realidade da educação no país por serem Leis que não trouxeram mudanças significativas mantendo o padrão da educação que já era ofertado (DENTZ M., SILVA R. 2015, p.16).

O período da ditadura (1964-1985) no país acabou por deixar marcas fortes também na educação,

deixou heranças para a educação: políticas de escolarização, movimentos sindicais, reivindicações, greves de professores, as várias conferências de educação. Porém as problemáticas deixadas por esse sistema foram bastante intensas. Em 1983, o país contava com mais de 60 milhões de analfabetos e semi letrados para uma população de aproximadamente 130 milhões de pessoas (Ghiraldelli, 2009). Esse dado revela a forte dificuldade no processo de democratização do ensino e da extensão das oportunidades de acesso à escola (DENTZ M., SILVA R. 2015, p.16).

Por mais que a temática da preocupação com a educação estivesse em pauta na agenda política desde o ano de 1930, não vimos que resultou em mudanças efetivas na área, não se teve nenhum avanço em questão de políticas, ao contrário, o que teve foi uma desresponsabilização do Estado sobre o ensino primário.

O Serviço Social emerge então em um cenário frágil, contraditório, não só na educação, mas em todos aspectos da sociedade. A discussão sobre

a inserção do Serviço Social na área da educação está presente há muito tempo desde a expansão do exercício profissional para outros espaços sócio-ocupacionais, ainda mais quando o Brasil começa a enfrentar novas expressões da questão social. Essa inserção se dá por tensionamentos das contradições que perpassam a Política de Educação e mediada por demandas impostas pela política neoliberal em desenvolvimento que necessitam de trabalhadores qualificados para atender ao mercado de trabalho, e também pelos tensionamentos da classe trabalhadora com suas reivindicações ao direito à educação, ampliação, do acesso e condições de permanência no usufruto das políticas educacionais públicas. E o Estado tratava dessas expressões da “questão social” articulando a classe dominante junto à Igreja para criar ações contra às reivindicações da classe trabalhadora. Com isso, as desigualdades e as expressões da questão social acabaram marcando as políticas de escolarização, sendo nítido que elas acabam sistematicamente negligenciando a questão do conhecimento, resultando na multiplicação dessas desigualdades. O Serviço Social emerge então da iniciativa das frações dominantes e é mobilizado a trabalhar com a formação doutrinária e com os problemas sociais de forma apaziguadora (Iamamoto, 2000).

Segundo Dentz e Silva (2015), em relação à educação o Serviço Social apareceu como um espaço de “ação social”, uma ação profissional que estava voltada para resolver problemas como: evasão, repetência, desmotivação, dificuldades de relacionamentos e demais desconfortos escolares que apareciam. Importante ressaltar que desde a gênese do Serviço Social, em 1936, até meados de 1970, as ações profissionais geralmente eram conservadoras, em todos os âmbitos da atuação, com a ideia de “ajustasse os desajustados, ajudasse os necessitados, integrasse os alunos à sociedade” (Souza, 2005, p. 34).

Com isso, a intervenção do Serviço social na educação tinha o objetivo de ser uma preparação social dos indivíduos, para torná-los úteis ao capital.

Ao Serviço Social bastava: examinar a realidade social e econômica dos alunos e das famílias; identificar situações de desajuste social; orientar professores, pais e alunos sobre esses

desajustes; fazer triagem de alunos que necessitem de material escolar, transporte, entre outros; elaborar relatórios de suas ações; articular escola e comunidade; orientar comunidades e famílias na responsabilidade quanto ao processo educativo dos filhos (Amaro, 2011).

Para pensarmos a educação dentro da perspectiva da garantia de direitos, precisamos compreender o movimento que vem acontecendo nas últimas décadas do desmonte da garantia de direitos já conquistados. Com o avanço e fortalecimento do neoliberalismo, estamos vivenciando uma crescente polarização, onde de um lado está o crescimento das concentrações de renda e riquezas, e do outro lado o crescente processo de exclusão social e vulnerabilização da classe trabalhadora. É nítido que as políticas sociais voltadas para efetivar direitos são as mais atacadas pelo desmonte, que vai desde redução de recursos dessas áreas, o crescente processo de privatização até a fragmentação de programas. Analisando os orçamentos públicos nota-se a redução de recursos nas áreas da assistência social, educação, trabalho, etc (CFESS, 2001). A PEC 95, aprovada pelo governo do Michel Temer, em dezembro de 2016, que limita os gastos públicos nas áreas sociais pelos próximos 20 anos é um dos exemplos desses ataques de diminuição de recursos da educação.

O direito à educação, ao acesso e a permanência na escola, é assegurado por meio de leis como a própria Constituição Federal (1988), o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9.394/96), dentre outras. A educação tem como finalidade a formação da pessoa para exercer a sua cidadania, preparar para o mercado de trabalho e a sua participação na sociedade. Com isso, o pleno desenvolvimento do sujeito que faz uso da educação pública depende da qualidade dos serviços oferecidos pelo Estado.

Ao longo da trajetória histórica da política de educação no Brasil, nota-se que é um espaço de disputa entre as classes sociais. A sua constituição tem se dado através de um

“discurso das elaborações de plano de desenvolvimento que orientam a erradicação do analfabetismo, universalização do

atendimento escolar, melhoria na qualidade do ensino, dentre outros aspectos de relevância que em suma, significam a própria constituição do ser social enquanto cidadão de direitos” (QUEIROZ, 2014, p.53).

É importante ressaltar que essas orientações citadas para a educação tem origem nas exigências de organismos internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e também o Banco Mundial. Essas interferências acabam irradiando em diversos setores e acontecem por conta do Brasil ser um país periférico e em desenvolvimento. Essa interferência do Banco Mundial visa garantir a estabilidade econômica nos países em desenvolvimento, atuando então diretamente nas causas sociais, tendo como definição de cooperação ou assistência técnica. Mas na verdade é um co-financiamento, um tipo de empréstimo onde os créditos concedidos à educação são parte de projetos econômicos que integram a dívida externa do país para com as instituições bilaterais, multilaterais e bancos privados (Altamann, 2002, *apud*, Fonseca, 1998).

O Banco Mundial, desde 1990, tem voltado suas ações ao ataque à pobreza, tendo como suas principais recomendações o incentivo e uso produtivo do trabalho e também o fornecimento de serviços básicos e essenciais, onde a educação está inclusa com a visão de que seria a melhor forma de aumentar os recursos da classe mais vulnerável. No entanto, essas medidas são vistas como uma medida compensatória para poder amenizar possíveis tensões que possam surgir no setor social e aumentar a produtividade nesses países em desenvolvimento (Altamann, 2002).

No relatório de 1995 do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), é recomendado que a educação seja organizada por um planejamento que deixe específico quais são os objetivos da aprendizagem e que tenha um padrão de rendimento estabelecido, incentivando mais a privatização, uso de indicadores de desempenho e mais controle, dando foco para taxa de retorno que é o principal critério utilizado para as opções de investimento no que vai ser mais benéfico para a sociedade. Com as metas e os padrões de rendimentos estabelecidos surge então os sistemas de avaliação que devem fazer o monitoramento dos mesmos. , Com isso, na década de 1990,

diversos sistemas de avaliação nacionais foram implementados como “o Saeb – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica -, o Enem – Exame Nacional de Ensino Médio -, o Exame Nacional de Cursos (provão), a Avaliação dos Cursos Superiores” (Altamann, 2002).

Um conjunto de novos processos de trabalho emergindo acabam gerando impactos e transformações no significado da educação diante dessas transformações. Vale ressaltar que essas alterações não apontam para a superação do modo de produção capitalista. Ao contrário, são pensadas para reforçar esse sistema e obter a exploração do trabalho humano e o total controle dos meios de produção (QUEIROZ, 2014, p.54).

Diante disso,

As demandas apresentadas aos/às assistentes sociais em relação à educação nunca estiveram limitadas a uma inserção restrita aos estabelecimentos educacionais tradicionais, sendo acionadas também a partir das instituições do poder judiciário, das empresas, das instituições de qualificação da força de trabalho juvenil e adulta, pelos movimentos sociais, entre outras, envolvendo tanto o campo da educação formal como as práticas no campo da educação popular (CFESS, 2012, p. 16).

Segundo Queiroz (2014), a educação possui então uma função de extrema importância no processo de reprodução social e contém as contradições fruto da relação Capital *versus* Trabalho, que são enfrentadas também pelos assistentes sociais que trabalham nessa área. Contradições estas que estão no cerne de todas relações sociais, no contexto histórico, na sociedade, e nos espaços sociais onde a práxis é realizada.

Nota-se, que mesmo com as reformas educacionais que aconteceram ao longo da história, muito dos problemas estruturais ainda persistem, como “os mais baixos índices de rendimento, evasão escolar, desinteresse pelo aprendizado, indisciplina, violência de formas e graus diversos, uso e tráfico de drogas e muitas outras questões que clamam enfrentamento das três esferas de governo: federal, estadual e municipal” (QUEIROZ, 2014, p.55).

Diante disso, mesmo com o aumento da inserção do Serviço Social na educação, é uma luta que ainda continua sendo um processo que apresenta

grandes dificuldades, mas que também resultou em conquistas, como a promulgação da Lei nº13.935, que dispõe sobre a prestação de serviços de Psicologia e Serviço Social nas redes públicas de ensino básico, que foi uma luta que durou quase duas décadas e sem dúvidas foi um marco nas conquistas para o ensino básico, visto a conjuntura de desmonte e ataques à educação.

É importante ressaltar que se deve discutir o Serviço Social para além da educação restrita ao ambiente escolar. Devemos, assim, considerar múltiplas expressões que acabam se manifestando nesse espaço cotidianamente onde a/o profissional irá se deparar com as manifestações da questão social e intervir.

2. Contexto de criação da Educação Profissional e Tecnológica

Segundo Lorenzet, Andreolla e Paludo (2020), a educação é parte do processo de tomada de consciência para libertação e emancipação. Como a sociedade passa por várias mudanças no âmbito da tecnologia, da economia, no social, nas políticas e na cultura, a educação é o caminho para viabilização da democratização e inclusão. No contexto capitalista que vivemos, as camadas mais populares acabam precisando submeter-se à venda da força de trabalho, com o cenário de medo de serem excluídas pelo desemprego, com isso, buscam qualificar-se para a realidade do mundo do trabalho.

Segundo Marx (2013), o trabalho é um dos fundamentos do ser social, ele é realizado na intervenção do ser humano e sua interação com a natureza,

O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como com uma potência natural. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. [...] Pressupomos o trabalho numa forma em que ele diz respeito unicamente ao homem (MARX, 2013, p. 255).

Mas no modo de produção capitalista tudo é transformado em mercadoria, até mesmo os trabalhadores, pela produção e venda da sua força de trabalho. E segundo Lorenzet, Andreolla e Paludo (2020), a educação acaba se transformando em um espaço de reafirmação desse processo, pois a escola foi uma criação da burguesia para se preservar o seu modo de produção, e o que vemos é,

Esta situação de crise do trabalho assalariado reafirma a histórica dualidade dos processos formativos escolares. Afirma-se a ideia de que as crianças de classes populares devem preparar-se, desde cedo, para o trabalho remunerado. Como já não há emprego para todos, ressurgem com força a ideologia das competências e da empregabilidade. Com isso, dilui-se a concepção de escola básica e unitária como espaço de formação humana, e toma-se o trabalho na sua dimensão

alienada ou reduzido a emprego ou subemprego (LORENZET, ANDREOLLA, PALUDO. 2020, p.22, *apud*, FRIGOTTO; CIAVATTA, 2002, p. 7).

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases (LDB nº 9.394/96), no seu artigo 21, estabelece que a Educação escolar é composta por dois níveis, sendo eles, à Educação Básica e a Educação Superior, possuindo também modalidades como a Educação Profissional e Tecnológica, que tem como objetivo a preparação com as dimensões do trabalho, ciência e tecnologia, como é citado no artigo 39 da LDB, “no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia e conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva” (LORENZET D., ANDREOLLA F., PALUDO C. 2020, p.16).

Com isso, a Educação Profissional e Tecnológica se constrói com um caráter de verticalização,

(...)podendo atuar desde a Educação Básica, com o Ensino Fundamental, através da Formação Inicial e Continuada (FIC) ou qualificação profissional; com o Ensino Médio, por meio da formação Técnica Articulada, (em Cursos Integrados e Concomitantes) e em Cursos Subsequentes, podendo articular-se com a modalidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA); até a Educação Superior, por meio da graduação com Cursos Superiores Tecnológicos, Cursos Superiores, e na pós-graduação em Especializações, Mestrados e Doutorados (LORENZET D., ANDREOLLA F., PALUDO C. 2020, p.17).

Segundo Queiroz (2014), a partir do ano de 1990 através das complexidades que já existiam na questão da educação e trabalho, surge nesse cenário a discussão sobre a educação profissional levando em consideração as intenções do grande capital que é o mercado, para a formação de um cidadão produtivo e adaptado às necessidades do capital.

Nesse período dos anos de 1990 é marcado por grandes mudanças nos campos da economia, política, ciência e tecnológica, tendo como marcos a globalização da economia e as modificações tecnológicas com a era da informação. No Brasil, o cenário da educação tecnológica vivia com as

responsabilidades relacionadas ao desenvolvimento do país, e com a questão de ser vista como porta para emprego, "à educação se constitui em um instrumento de poder, no que tange a transmissão dos valores relacionados ao trabalho" (Queiroz, 2014, p.22).

Diante disso,

A educação profissional e tecnológica, tem na legislação a clareza do seu papel de propiciar a formação de trabalhadores para o mercado de trabalho, em face da área atravessar um grande momento relacionado ao advento da expansão da Rede Federal de Ensino no país. Porém, é possível entender no que consiste as concepções institucionais que possibilitam uma formação para a participação na sociedade civil e exercício da cidadania, ainda ser um campo de disputa de poder (QUEIROZ, 2014, p.22).

Com isso, podemos então pensar o papel da educação tecnológica como algo para capacitar a força de trabalho, incrementando a produção e reforçando a ideologia do capital,

A emergência da educação profissional no modo de produção capitalista, ou educação para os ofícios, corresponde à socialização da fragmentação do trabalho e, sobretudo, à dicotomia entre quem concebe (gerencia) as atividades de produção e quem executa o processo. A educação profissional é destinada às atividades de caráter mais terminal da produção cuja perspectiva está orientada para aspectos instrumentais do processo produtivo (QUEIROZ, 2014, p.23, *apud*, SILVA, 2012, p. 136).

Como também podemos vê-la com caráter contributivo, "o trabalho como princípio educativo, onde o trabalhador e o trabalho podem ser concebidos com uma dimensão a seu favor que não os usualmente praticados na sociedade contemporânea" (QUEIROZ, 2014, p.23).

Segundo Benites e Souza (2021), os primeiros indícios da educação profissional do Brasil foi no século XIX com o Colégio das Fábricas,

[...] no decorrer do século XIX, várias instituições, eminentemente privadas, foram surgindo para atender às crianças pobres e órfãs. Essas instituições tinham propostas direcionadas para o ensino das primeiras letras e a iniciação aos ofícios como a tipografia, a carpintaria, a sapataria, a tornearia,

dentre outras. Nessa perspectiva, pode-se inferir que a educação profissional no Brasil nasce revestida de uma perspectiva assistencialista com o objetivo de amparar os pobres e órfãos desprovidos de condições sociais e econômicas satisfatórias (BENITES; SOUZA, 2021, p.6, *apud*, ESCOTT; MORAES, 2012, p. 1494).

E nos primeiros anos do século XX, o Estado continuou propondo a educação profissional para formação de operários que iriam trabalhar nas fábricas existente naquela época, que era o principal objetivo do Estado em fornecer essa educação para poder gerar mão de obra para as indústrias que surgiam por conta das mudanças da economia do país.

Com o aumento da indústria, e conseqüentemente, o aumento da procura por mão de obra qualificada, influenciou a criação das Escolas de Aprendizizes Artífices em 1909, por meio do Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909. Com isso, foram abertas 19 Escolas de Aprendizizes e Artífices e iniciou o delineamento de uma possível rede federal de educação profissional e tecnológica no Brasil (BRASIL, 1909).

Em janeiro de 1937, a Lei nº 378 transformou as Escolas de Aprendizizes Artífices em Liceus Profissionais. Em 1942, os Liceus Profissionais passam a ser denominados Escolas Industriais e Técnicas (GARCIA *et al*, 2018; BEZERRA, 2013; IKESHOJI; TERÇARIOL; AZEVEDO, 2017). Na década de 1940, também surge o Sistema “S” com a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), em 1942, e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), em 1946 (BENITES; SOUZA, 2021, p.6, *apud*, MOURA, 2007; ESCOTT; MORAES, 2012).

Segundo Benites e Souza (2021), no ano de 1959, ocorreram mudanças no que se refere às instituições que compunham a Rede Federal de Educação. Foi então a partir desse ano que muitas das escolas industriais e técnicas passaram a ser denominadas de escolas técnicas federais. Essas também ganharam autonomia didática e de gestão, e:

Com isso, intensificaram-se a formação de técnicos, mão de obra indispensável diante da aceleração do processo de industrialização, fato que implicou a predominância da função profissionalizante do nível secundário sem alterar, no entanto, a tensão com sua função propedêutica (BEZZERA, 2013, p.25).

A escola média do Brasil acabou adquirindo uma forma dualista, pois se tinha o ensino médio secundário que tinha como objetivo formar os dirigentes e para se ter acesso ao ensino superior, e os demais estudantes do ensino médio voltado para o profissional, que acabavam tendo acesso restrito aos cursos superiores, tinha que se candidatar apenas para cursos relacionados a sua formação de ensino profissional de nível médio. As principais agências de educação profissional, tinham um sistema paralelo de cursos de aprendizagem em relação às redes públicas estaduais e à rede federal. Com isso, quem procurava o ensino profissional oficial de nível médio tinha que ter condições financeiras para poder permanecer o tempo necessário para a conclusão do curso, sendo ao contrário da população que procurava os cursos de aprendizagem, pois tinha como característica a urgência de preparar-se para o exercício de um ofício(MADURO D. B. S., HEIJMANS R., MOREIRA. P., 2020, p.157).

Já no ano de 1964, com o Golpe Militar, aconteceu a Reforma do Ensino de 1º e 2º graus com a Lei 5.692/71, que fixava as bases para o ensino, inspirada da teoria do capital humano, onde a educação seria o poder de garantir a ascensão individual e o desenvolvimento das nações. Com isso, começou a ser organizado uma educação profissionalizante de nível médio para toda a população, mas com o caráter autoritário do regime militar, por ser obrigatório para todos os estudantes do 2º grau do ensino público. Houve então uma disseminação de cursos Técnico Administrativo, Técnico em Contabilidade, Técnico em Secretariado, entre outros, o que provocou um adensamento desses profissionais no mercado de trabalho, com isso, acabou que teve um desprestígio desses cursos(BENITES; SOUZA, 2021, p.11).

Já as escolas que faziam parte da Rede Federal de Educação, solidificaram a sua atuação, o seu ensino na vertente industrial, por meio de cursos de Técnico em Mecânica, Técnico em Eletrotécnica, Técnico em Mineração, Técnico em Geologia, Técnico em Edificações, Técnico em Estradas, entre outras. Os profissionais que eram formados nessas instituições acabavam sendo rapidamente contratados por empresas de grande porte, tanto públicas

quanto privadas, pelo prestígio que as ETFs tinham (BENETIS; SOUZA, 2021, p.11).

Segundo Queiroz(2014), foi diante do contexto da crise estrutural que deflagrou na década 1970, o capital se viu obrigado a reorganizar o papel das forças produtivas, tanto na esfera da produção quanto na das relações sociais. Essas reorganizações afetou de forma incisiva a educação profissional, que consolidou com a implantação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF), sendo uma iniciativa do Estado para reestruturação dos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET) e as Escolas Agrícolas, a fim de atender as demandas da formação profissionais que existiam nas regiões onde estavam as escolas.

No ano de 1978, três ETFs se transformaram em CEFETs, algo que foi se estendendo, por meio da Lei nº 8.948, onde foi instituído o Sistema Nacional de Educação Tecnológica,

[...] a finalidade dos CEFETs se referia à “[...] formação de profissionais na área tecnológica, em grau superior de graduação, especialização, mestrado e doutorado [...]”, além de cursos de licenciatura para a formação de docentes em disciplinas específicas para atender aos cursos técnicos e tecnólogos (BENETIS; SOUZA, 2021, p.12).

Foi no mandato de Fernando Henrique Cardoso (FHC), que a educação profissional assume o seu caráter técnico por conta da criação dos CEFETs, que tinha como objetivo a formação de profissionais com base na ciência e tecnologia,

O período também foi caracterizado pela ótica tecnicista adotada pelo governo Fernando Henrique Cardoso para a educação profissional que foi representada por três estratégias principais: a primeira consiste na intensificação da cefetização das escolas técnicas federais; a segunda foi a separação do ensino médio da base propedêutica do ensino técnico com a promulgação do Decreto nº 2.208/97 – este estabeleceu que o ensino técnico fosse ministrado mediante matrículas concomitantes ou subsequentes ao ensino médio de formação geral -; e a terceira foi a oferta de cursos de qualificação do trabalhador sob a responsabilidade do Ministério do Trabalho, aliados do compromisso com o acesso à educação e a decorrente elevação da escolaridade (QUEIROZ, 2014, p.26, *apud*, SILVA, 2012, p. 139).

Nesse período a formação profissional continuou articulada com o ensino médio, mas não de forma integrada, tinha também a modalidade do ensino superior na área tecnológica ou cursos de qualificação profissional, que não exigia uma escolarização, eram cursos de nível básico. Com isso, a educação profissional se separou do ensino médio, proporcionando uma flexibilidade na habilitação profissional a alunos do ensino médio ou na forma de educação continuada, destinado a egressos do ensino médio. (MADURO D. B. S., HEIJMANS R., MOREIRA. P., 2020, p.161).

Foi na busca de um ensino que não só qualificasse profissionais, mas que buscasse desenvolver todas as dimensões humanas “que surgiram os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia em dezembro de 2008, por meio da Lei nº 11.892, a qual criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.” (BENETIS; SOUZA, 2021, *apud*, BRASIL, 2008).

A construção desses espaços possuem um novo tipo de articulação entre a Educação Superior, Educação Básica e Educação Profissional, de forma pluricurricular e com vários campi, com o ensino verticalizado, passando pela pesquisa, extensão e preocupado em desenvolver a região de acordo com as particularidades de cada campi. Onde de 2003 até 2017, havia 644 campi, representando um crescimento exponencial de unidades, ampliação de municípios atendidos e de acesso à educação pública, gratuita e federal. Tendo uma atuação com base no tripé: ensino, pesquisa e extensão, e com a orientação de produção de conhecimento, sua disseminação e disponibilização para a sociedade (LORENZET D., ANDREOLLA F., PALUDO C. 2020, p.19).

3. Compreender o papel da política de assistência estudantil no Brasil e sua Implementação nos Institutos Federais;

A Assistência Estudantil vem se construindo através de diversas reflexões, lutas e debates ao longo da história do país. Sendo fortemente ligada às transformações sociopolíticas do país, com as discussões sobre o assunto ficando mais complexas até se chegar na construção e implementação do PNAES no ano de 2010.

Segundo Kowalski (2012), a Assistência Estudantil teve três fases no seu percurso de construção no Brasil. A primeira fase seria o período de criação da primeira Universidade até a redemocratização política do país; a segunda fase se inicia em um cenário mais favorável para discussões sobre políticas públicas o que resultou em uma nova configuração da Assistência Estudantil; a terceira fase foi o período de expansão e reestruturação das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) até os dias atuais (DUTRA N. SANTOS M. 2017, p. 150).

Os primeiros sinais de uma assistência estudantil se deu na época da República Velha, durante o governo do Washington Luís, em 1928, com a criação da Casa do Estudante Brasileiro em Paris. Era uma residência voltada para jovens que iam para a França estudar e tinham dificuldades de se manter na cidade, com isso, o governo brasileiro custeava a estrutura e manutenção da residência para os estudantes. É importante ressaltar que nesse período o acesso ao ensino superior era bem restrito, sendo aberto apenas para elite que mandavam seus filhos para estudar na Europa. Observa-se que esse início da assistência estudantil foi voltada para o atendimento da elite do país (DUTRA N. SANTOS M. 2017, p. 150).

Já no Brasil, na década de 1930, com a consolidação das primeiras universidades brasileiras no governo de Getúlio Vargas, se teve as primeiras práticas de assistência estudantil, com mecanismos emergenciais e focalizados em alimentação e moradia, que foram inseridos diante as exigências de modernização que demandam a escolarização da classe trabalhadora. Uma das ações de assistência estudantil dessa época foi a abertura da Casa do Estudante

do Brasil, em 1930 no Rio de Janeiro, tendo como objetivo auxiliar estudantes com dificuldades econômicas sendo mantida pelo governo (DUTRA N. SANTOS M. 2017, p. 150).

Segundo Dutra e Santos (2017), a partir do apoio do Ministério da Educação, em 1937, a Casa do Estudante do Brasil é sede do 1º Conselho Nacional de Estudantes e consolida o projeto de criação da União Nacional dos Estudantes (UNE), resultado do reconhecimento da necessidade de se ter uma organização nacional na participação da política estudantil. O UNE acaba se tornando um dos principais sujeitos políticos na luta pela assistência estudantil no país,

A preocupação dos universitários com questões referentes à assistência ao estudante já pode ser vista em 1938, na convocação para o II Congresso Nacional dos Estudantes, quando traz entre suas teses o tópico “Situação Econômica” do estudante, que incluía os seguintes pontos: problema das taxas e matrículas; subvenção do Estado; problemas de habitação – cidades universitárias; casas de estudantes e casas de internos; problemas de alimentação; birô de empregos; estágios remunerados; racionalização do trabalho intelectual; assistência médica, dentária e judiciária (DUTRA N. SANTOS M. 2017, p. 151, *apud*, POERNER, 2004).

Foi nesse evento que foi aprovado o plano de reforma educacional, que tinha como objetivo apresentar soluções para problemas educacionais da época, tendo entre os destaques a necessidade de se ter um auxílio aos estudantes que tinham dificuldades financeiras, sendo um marco de conscientização por parte dos estudantes da importância de se ter a assistência estudantil nas universidades. O reconhecimento no âmbito do Estado da necessidade de se ter a assistência estudantil, ocorreu no ano de 1931, com o Decreto 19.851/1931, denominado Lei Orgânica do Ensino Superior, mas só em 1934 que essa lei se tem o status constitucional, regulamentando a assistência estudantil no seu “artigo 157, inciso §2º, no qual se prevê recursos através de um fundo que: [...] se aplicará em auxílio a alunos necessitados, mediante fornecimento gratuito de material escolar, bolsas de estudos, assistência alimentar, dentária e médica (DUTRA N. SANTOS M. 2017, p. 151, *apud*, BRASIL, 1934).

Com as Constituições de 1946 e 1967, a educação passa a ser considerada como um direito à todos, com isso,

[...] a assistência estudantil torna-se obrigatória em todos os sistemas de ensino conforme aponta o artigo 172: “Cada sistema de ensino terá obrigatoriamente serviços de assistência educacional que assegurem aos alunos necessitados condições de eficiência escolar (DUTRA N. SANTOS M. 2017, p. 151, *apud*, BRASIL, 1946).

Na década de 1960, com o cenário de fortalecimento do movimento da Reforma Universitária desenvolvido pelos estudantes e por participantes da comunidade acadêmica, se teve um amadurecimento das discussões sobre a temática da assistência estudantil, tendo o UNE como uma peça fundamental na reivindicação da reforma universitária e na visibilidade da temática da assistência estudantil (DUTRA N. SANTOS M. 2017, p. 152).

No período da ditadura militar (1964-1985), a UNE sofre repressões e começa a ser perseguida, tendo sua representatividade legalmente retirada com a Lei Suplicy de Lacerda. Quando o regime militar começou a perder força foi quando a UNE começou a se reestruturar e houve a retomada na luta em prol da assistência estudantil. Em 1970, houve a tentativa de estruturação da assistência estudantil em âmbito nacional com a instituição do Departamento de Assistência ao Estudante (DAE), que tinha vinculação com o Ministério da Educação (MEC), tendo como objetivo de ter a política de assistência em nível nacional aos estudantes, mas nos governos posteriores o DAE acabou sendo extinto (DUTRA N. SANTOS M. 2017, p. 152).

De acordo com Dutra e Santos (2017), o marco da segunda fase da assistência estudantil no país foi a partir da década de 1980, por conta da crise econômica enfrentada pelo governo militar, iniciou-se um movimento de redemocratização do país sendo um período favorável para intensificar o debate sobre a assistência estudantil, é nesse momento que o tema da democratização da educação passa a fazer parte do cenário da defesa de novos sujeitos políticos, em destaque o Fonaprace, criado em 1987, que ficou responsável em discutir, elaborar a política de Promoção ao Apoio do Estudante, sendo composto

por pró-reitores, sub-reitores ou responsáveis pelos assuntos estudantis das universidades do Brasil,

[...] o Fonaprace emerge com uma função reivindicativa, promovendo uma articulação entre a luta pela consolidação de uma política de AE nas IFES e as bandeiras do Movimento de Reforma Universitária defendidas pelos intelectuais, estudantes e movimentos sociais da educação a partir da década de 1960. Nessa perspectiva, o Fórum defende a construção de uma “Universidade pública, gratuita e de qualidade” (FONAPRACE, 1993, p. 60)

A promulgação da Constituição Federal de 1988 foi um marco histórico, pois representou um avanço social e político, onde pela primeira vez se teve a garantia dos direitos sociais, e contribuiu nas discussões sobre a democratização ao acesso e permanência nas universidades “além de também contemplar o processo de redemocratização da educação, mediante a universalização do acesso e a gestão democrática, centrada na formação do cidadão” (DUTRA N. SANTOS M. 2017, p. 154).

Segundo Kowalski (2012), nesse período se tem uma maior atenção do governo para favorecer condições que fossem mais justas para permanência e acesso ao Ensino Superior. Dentro desse contexto, a assistência estudantil passa pelo processo de amadurecimento, buscando promover o acesso dos estudantes aos programas de apoio estudantil. Mas todo esse processo acontece em meio a disputas de interesses políticos, com isso, os debates acerca da assistência estudantil aconteciam de forma fragmentada em apenas algumas IFES, motivada por movimentos estudantis.

Em 1990, com o avanço da ofensiva neoliberal do governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), onde se teve a limitação de recursos destinados ao Ensino Superior público, houve uma negação por parte dos governantes a respeito da assistência estudantil. A Lei de Diretrizes Básicas (LDB) de 1996, foi o reflexo desse período, pois desresponsabiliza o Estado, no seu artigo 71: “Não constituirão despesas de manutenção e de desenvolvimento do ensino, aquelas realizadas com: IV - Programas suplementares de alimentação, assistência médico-odontológica, farmacêutica e psicológica, e outras formas de assistência social”(DUTRA N. SANTOS M. 2017, p.155, *apud*, BRASIL, 1996).

O Fonaprace desempenhou um importante papel ao desenvolver um trabalho para trazer subsídios sólidos para a construção de uma política de assistência ao estudante. Em 1990, foi feito um trabalho nas IFES para poder determinar o perfil socioeconômico e cultural dos estudantes, buscando coletar dados confiáveis para trazer ao debate da formulação e implementação de políticas que pudessem auxiliar na permanência dos estudantes em suas instituições. Foi realizado pesquisas nos anos de 1997, 2004 e 2011, os dados obtidos apontaram a classificação econômica e os indicadores sociais referentes às necessidades estudantis, indicando as diretrizes para desenvolver os programas de assistência estudantil para serem implementados nas instituições. Os resultados dessas pesquisas evidenciaram a necessidade de se ter programas de apoio ao estudante e legitimaram a sua criação. Com os primeiros resultados o Fonaprace elaborou o Plano Nacional de Assistência Estudantil, sendo utilizado como documento base para todas as ações ligadas à temática. Esse Plano era constituído por diretrizes norteadoras para definir programas em áreas estratégicas nas quais a assistência estudantil poderia ser desenvolvida nas instituições, além de evidenciar aos órgãos governamentais que se tinha a necessidade de destinação de recursos financeiros para a assistência estudantil (DUTRA N. SANTOS M. 2017, p.155-156).

No ano de 2007, é feita uma atualização do Plano pela Fonaprace, iniciando o processo de discussão da implantação do Pnaes. Com isso, por meio da Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007, o Ministério da Educação institui o Pnaes, sendo um grande marco na história da assistência estudantil. No mesmo ano, também se tem a instituição do Decreto 6.096, que cria o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni). É com esse contexto de expansão do Ensino Superior nos anos 2000, que se dá início a terceira fase da história da assistência estudantil, onde a temática começou a ter maior notoriedade nas ações governamentais ao ponto de se chegar à instituição de uma política pública na perspectiva do direito social (DUTRA N. SANTOS M. 2017, p. 156).

No governo de Luís Inácio Lula da Silva, no ano de 2010, o Pnaes foi transformado em Decreto-Lei nº 7.234, representando uma importante conquista ao Fonaprace, UNE e Andifes, que fizeram parte da luta pela consolidação da

assistência estudantil enquanto política pública de direito. Esse documento tinha como objetivo,

promover a ampliação das condições de permanência dos estudantes na Educação Superior pública federal, constituindo-se como seus objetivos os seguintes pontos: I - democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação. (DUTRA N. SANTOS M. 2017, p. 157).

O Pnaes vem junto com amplas possibilidades de áreas estratégicas nas quais devem se desenvolver a Assistência Estudantil e também sinalizando o público que seria alvo da política “prioritariamente estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio” (BRASIL, 2010).

Com as ideias alinhadas junto ao Pnaes, o Plano Nacional de Educação (PNE) referente ao período de 2014 a 2024, enfatiza a importância da assistência ao estudante, propondo a sua ampliação em conjunto com a expansão do ensino superior,

objetivando a redução das desigualdades étnico-raciais e a ampliação das taxas de acesso e permanência na Educação Superior de estudantes egressos da escola pública, afrodescendentes e indígenas e de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, apoiando o seu processo de formação acadêmica (BRASIL, 2014).

Em alinhamento com o PNE 2012-2024, no ano de 2012, é sancionada a Lei de Cotas nº 12.711, prevendo a reserva de 50% das vagas por curso e turno nas universidades federais e nos institutos federais a estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas, sendo dentro destas, 50% deverão ser reservados aos estudantes com famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário mínimo *per capita*. Com essa ação com recortes econômico e étnico-racial, acaba alterando o perfil dos estudantes nas

IFES, e conseqüentemente demandando a assistência estudantil (DUTRA N. SANTOS M. 2017, p. 158).

O Sistema de Seleção Unificada (SISU) regulamentado no ano de 2012, também trouxe impactos na assistência estudantil. Onde as instituições públicas de ensino superior oferecem vagas para os estudantes participantes do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), podendo se inscrever para diferentes instituições de ensino superior em qualquer Estado do país. Com isso, criando a possibilidade de se ingressar em uma universidade distante, gera uma demanda para a assistência estudantil por apoio para garantir a permanência do discente até a conclusão do curso. O MEC prevê o aumento de recursos para a assistência ao estudante proporcionalmente à adesão das IFES, transferindo a responsabilidade de responder tais demandas às instituições (DUTRA N. SANTOS M. 2017, p. 158, *apud*, NASCIMENTO, 2013).

Diante de todo esse contexto de expansão do Ensino Superior público, um dos principais desafios da política de assistência estudantil é a questão de ampliação de recursos destinados à política, visto que o que é repassado acaba não sendo o suficiente para atender a crescente demanda, ainda mais com a criação dos programas de expansão como o Reuni, o SISU e a Lei de Cotas. E apesar de todas as conquistas já alcançadas em relação a assistência estudantil, a luta ainda continua, outras dificuldades emergem o que necessita o contínuo processo de discussão sobre a temática e a busca por políticas que atendem não só a democratização do acesso às IFES, que atendam também a permanência e conclusão dos cursos aos discentes (DUTRA N. SANTOS M. 2017, p. 160)

Os Institutos Federais, sendo instituições de ensino pluricurriculares e multicampi, ofertam a educação profissional e tecnológica nas modalidades de educação superior, básica e profissional. Com unidades em todos os estados brasileiros, é composto por um diverso perfil de faixa etária e de renda. A questão da renda é derivado da sua característica de ser multicampi, pois com isso, muitas unidades estão em municípios que apresentam um baixo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e também um elevado índice de pobreza (SOUZA, 2017, p. 133).

Como já exposto acima, julgou-se necessário a implementação de ações e programas, que viabilizassem a inclusão, o acesso e a permanência da classe trabalhadora nas instituições de ensino. Com a instituição do PNAES, em 12 de dezembro de 2007, os Institutos Federais através do ofício nº42, de 3 de maio de 2011, são instruídos a realizar as ações que estavam previstas no Programa, tendo como consequência a ampliação de seus recursos para investir na assistência ao estudante, exigindo dos Institutos a conciliação do seu processo de expansão e a constituição da sua Assistência Estudantil considerando as especificidades desses Institutos.

A divisão dos recursos entre os campus dependeu do número de matrículas realizadas, das suas ações desenvolvidas para o acompanhamento dos estudantes e das normas estabelecidas de acordo com cada Instituição. Como consequência, todas as unidades de ensino acabaram estabelecendo algum tipo de regulamento para as ações da assistência estudantil, sendo em grande parte por meio de Resoluções aprovadas no Conselho Superior, outros optaram por fazer Portarias, Instruções Normativas ou só Editais expedidos pela Reitoria (GOMES A., PASSOS G. 2018)

Segundo Gomes e Passos (2018), esses documentos estabeleciam os princípios, objetivos e ações, seguindo e adaptando os objetivos que estavam no PNAES de acordo com a realidade do campus. As ações adotadas em todos os Institutos foram a permanência, democratização da educação, desempenho acadêmico e inclusão social, alguns outros aderiram a educação integral, apoio pedagógico e profissional, protagonismo juvenil e monitoramento e avaliação, onde cada objetivo orienta uma ação,

Assim, os que têm em vista a permanência preveem medidas para as condições de acesso, manutenção e conclusão dos cursos. Aqueles que objetivam a democratização da educação norteiam práticas de atenção à diversidade dos estudantes e atendimento das desigualdades sociais em razão da condição física, gênero, etnia, cor, orientação sexual, idade, religião, entre outros. Nos voltados para o desempenho acadêmico, as ações apontam para apoio acadêmico, prevenção da retenção e evasão e melhoria das condições para êxito acadêmico; e os que visam inclusão social preveem ações de defesa da equidade na educação e de articulação entre educação e demais políticas públicas. Os direcionados à educação integral orientam a promoção de ações culturais, esportivas, artísticas e políticas,

bem como o atendimento à saúde física e emocional dos estudantes. Nos objetivos de apoio pedagógico e profissional, as atenções se voltam para o desenvolvimento de habilidades profissionais necessárias à inserção dos estudantes no mundo do trabalho, tais como: projetos de extensão e pesquisa, intercâmbios e estágios. Os que dispõem sobre a promoção do protagonismo juvenil relacionam-se ao fomento à participação dos estudantes nos processos decisórios sobre assistência estudantil, tais como os espaços de planejamento e avaliação dos programas e projetos de assistência estudantil. Aqueles destinados ao monitoramento e avaliação das ações propõem a adoção de mecanismos de planejamento, acompanhamento e avaliação (GOMES A. PASSOS G., 2018).

Com a instituição dos Institutos Federais, a pauta da educação profissional passou a compor o debate da assistência estudantil para além dos moldes definidos para o público universitário. No ano de 2010, ocorreu o primeiro seminário de “Construção de Diretrizes para as políticas de Assistência Estudantil da Rede Federal EPTC”, que teve como principal proposta “a elaboração de uma minuta para um novo Decreto do Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES, direcionado especificamente aos Institutos, pois havia um entendimento da Rede de que este Programa deveria contemplar os Institutos em sua plenitude.” (SOUZA, 2017, p. 135). Com isso, foi formado um grupo para elaborar esse projeto de PNAES específico para os Institutos Federais para ser apresentado ao Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - CONIF e a SETEC. Foi somente em 2013 que um grupo de gestores apresentou a proposta revitalizada ao CONIF, no que resultou no “I Seminário de Gestores de Assistência Estudantil da Rede Federal”, realizado em Goiânia. Dentre as propostas, se tinha o pedido de alteração emergencial do texto do Decreto nº 7.234/2010, pois:

o texto atual não é explícito com relação à participação dos estudantes, de todas as modalidades de ensino, da Rede Federal EPTC no PNAES, fato que tem gerado insegurança jurídica em nossas Instituições e em alguns casos inviabilizado ações da Assistência Estudantil (SOUZA, 2017,p. 135, *apud*, IFG, 2013, p.04).

Segundo Souza (2017), tal proposta considerava o repartição das vagas dentro dos Institutos, pois se tem o mínimo de 50% de vagas destinadas

aos cursos técnicos de ensino médio, 20% reservada para licenciaturas, graduações tecnológicas, mestrados profissionais e doutorados com a linha de pesquisa voltada para inovação tecnológica, ficando evidente que o PNAES não iria atender o principal público que são os estudantes dos cursos técnicos.

Para ser feito o atendimento de um público diversificado como os dos Institutos Federais acaba se dando de forma mais focalizada para aqueles estudantes em vulnerabilidade social ou os de forma universais, como consta no § 1º do art. 3º do PNAES: “[...] moradia, alimentação, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico, acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.” (BRASIL, 2010). Sendo prestados por meio de auxílios financeiros, projetos de extensão, programas e serviços, onde na área de permanência estão os benefícios para suprir as demandas por transporte, moradia, alimentação e material escolar; no apoio ao desempenho se tem as bolsas, estágios, cursos e o acompanhamento pedagógico; e nas áreas de cultura e lazer se tem os projetos voltados para ações desportivas e culturais e socioeducativas (GOMES A. PASSOS G., 2018).

3.1 O desmonte das políticas públicas

A partir dos anos 1970, o capitalismo inicia uma crise marcada pela estagnação econômica, diminuição do consumo e queda na taxa de lucros. Sua superação exige um conjunto de transformações no padrão de produção, nas relações de trabalho e no modelo de regulação social do Estado. Tendo como objetivo alcançar a máxima produtividade com o mínimo de custos, usando como estratégia o uso de novas tecnologias que poupam o trabalho vivo, que tem como consequência o aumento do desemprego estrutural, com a superexploração da força de trabalho, e por meio de medidas neoliberais implantadas pelo Estado no sentido da flexibilização e da precarização das relações trabalhistas (CAVAIGNAC, M. COSTA, R. 2017. p.413)

O neoliberalismo no Brasil é impulsionado por volta do início dos anos 1990, durante o governo de Fernando Collor de Melo (1990-1992), e os governos

que o sucedem, acabam não rompendo com as diretrizes neoliberais que eram estabelecidas por organizações internacionais, pelo contrário, é através da política macroeconômica que se passa a determinar o rumo que tomariam as políticas sociais, principalmente com o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) (1995-2002). Com o contexto de redemocratização da sociedade brasileira, com uma forte pressão dos movimentos sociais por um Estado democrático, se tem a abertura para ampliação de direitos, e com isso, amplia-se também a atuação do Serviço Social nas políticas públicas, com um foco maior nas áreas da saúde, assistência social e previdência; surgindo novos postos de trabalho para os assistentes sociais, como os conselhos de direitos e de políticas sociais (CAVAIGNAC, M. COSTA, R. 2017. p.414).

Mas tal cenário de transformações do capital nessa reorganização econômica, política e ideológica não é propício para a consolidação de tais políticas públicas e dos direitos sociais já conquistados. Com isso, segundo Cavaignac e Costa (2017), nesse contexto brasileiro nos anos de 1990 é quando se dá o início do processo de “contrarreforma” do Estado, tendo como justificativa a crise econômica e social que tinha se instaurado no país desde 1980. Dessa forma, as reformas se voltam para as demandas do mercado, tendo ênfase nas privatizações e na previdência social.

Em períodos de neoliberalismo, o Estado tem a tendência a se desresponsabilizar sobre o atendimento às necessidades sociais, sendo a favor da expansão do mercado de bens e serviços, dessa forma, a sua intervenção social se foca nas situações de extrema pobreza com políticas focalizadas e seletivas. Essa “contrarreforma” atua na redução de direitos, acirrando a contradição entre as classes e agravando as questões sociais e tendo como consequência o aumento da demanda por serviços sociais, o que acabou tornando “objeto de ações filantrópicas e de benemerência, bem como de programas focalizados no combate à pobreza, acompanhados da privatização da política social pública, cuja implantação é transferida para organismos privados da sociedade civil – o “terceiro setor”³” (CAVAIGNAC, M. COSTA, R. 2017. p.415, *apud*, IAMAMOTO, 2009a).

Observa-se então, que o Estado faz um baixo investimento nas políticas públicas que atendem a população atingida pela questão social, o que implica diretamente nas condições de trabalho do assistente social no seu ambiente de trabalho, e como exemplo temos o que ocorre na área da educação. O que vemos na contemporaneidade é um severo processo de desmonte da educação no país, com a precarização crescente do ensino público, fazendo se necessário o fortalecimento da luta em favor da educação pública, para que enfim seja concretizada como um direito de todos.

4. Assistência Estudantil nos Institutos Federais - O percurso histórico desse espaço sócio ocupacional e os seus desafios

Com o crescimento e desenvolvimento econômico e social, em conjunto com a expansão do modo de produção capitalista, novas demandas surgem na dinâmica da sociedade no Brasil e no mundo, o que acaba refletindo nos profissionais de Serviço Social, principalmente no que diz respeito à apreensão do significado social da profissão.

Aspectos esses que fazem parte da construção da profissão ao longo do curso da história, com isso, sendo de suma importância compreender a gênese da profissão, tanto seus referenciais teórico-metodológicos, quanto a dimensão ética e política para poder compreender a dinâmica profissional atualmente (QUEIROZ, 2014, p.48).

Antes de se falar da atuação profissional do assistente social temos que falar sobre a categoria trabalho. Segundo Queiroz (apud MONTAÑO, 2014), o trabalho é uma atividade criadora teleologicamente orientada, caracterizando o trabalho como parte da constituição do ser social, pois é esse que possui a capacidade de elaborar no campo da ideia, tendo condições de prever o resultado e liberdade de escolher. No modo de produção vigente, o trabalho é uma atividade criadora de valor, que se concretiza sob o comando do capital, o que acaba reforçando a integração do trabalho ao capital,

[...] essa relação (entre capital e trabalho), longe de realizar a 'liberdade', é uma relação de exploração e alienação. Portanto, o trabalho, ontologicamente determinante do ser social e da liberdade, na sociedade comandada pelo capital promove a exploração e alienação do trabalhador – o trabalho assalariado, portanto, desumaniza o trabalhador (QUEIROZ, 2014, p. 49, *apud*, MONTAÑO, 2011, p. 81).

No período do século XX, se teve momentos marcantes para a sociedade brasileira que se refletiram na categoria trabalho, como a abertura comercial, as fusões de grandes empresas, a mercantilização e liberação dos fluxos internacionais, o que contribuiu para a reestruturação produtiva interferindo nas esferas da produção aumentando as taxas de lucro e abertura

para novas tecnologias; na esfera da circulação para a reorganização do mercado consumidor e na esfera sócio-política com a implementação de mecanismos para regular as relações sociais de trabalho e produção, com seu “ideário neoliberal, conseqüentemente, seus princípios se norteiam pela regulação estatal mínima, objetivando um reordenamento societário sob o domínio do capital” (QUEIROZ, 2014, p.49).

Com esse tipo de processo é cada vez menos capaz de gerar empregos para a população, aumentando o número de desemprego de forma estrutural. Desta feita,

[...] processo de trabalho submete-se à lei geral da acumulação capitalista, mostrando uma tendência decrescente da parte variável do capital (a força de trabalho). O resultado: maior desemprego e subemprego (MONTAÑO, 2011, p. 81).

Com isso, no mundo do trabalho o segmento da população que fica desprotegido acaba se tornando núcleo das ações das políticas sociais, já que estas são aplicadas como um mecanismo de controle e regulação do Estado, característico do processo de mudança do capitalismo concorrencial para o monopolista, fase centrada em garantia de lucros, determinando as necessidades sócio-econômicas e políticas, geradas das relações entre capital e trabalho. É nessa fase que a luta de classes surge em um papel de grande relevância, pois escancara a revolta da classe trabalhadora e evidencia a sua luta para enfrentar as adversidades resultado da exploração capitalista (QUEIROZ, 2014, p. 50).

De acordo com Queiroz (2014, *apud*, Iamamoto, 2004), a atuação do assistente social não tem como está fora das determinações do processo estrutural do capitalismo, já que são profissionais assalariados inseridos em uma relação de compra e venda onde sua força de trabalho é, também, mercantilizada. Assim:

[...] o Serviço Social é apreendido como uma profissão que se institucionaliza em função das particularidades assumidas pela dinâmica das classes sociais e do Estado em um contexto bastante singular de consolidação e expansão do capitalismo monopolista. Deste modo, inaugura uma forma de percepção desta institucionalidade que ultrapassa e nega as elaborações

endógenas à profissão, buscando um quadro analítico no qual a dinâmica entre produção e reprodução social constitui uma unidade dialética e a mediação política e econômica do Estado ganha destacado significado para situar a natureza do Serviço Social no circuito das profissões e das relações sociais necessárias à reprodução do modo de produção capitalista (ALMEIDA; ALENCAR, 2011, p. 123)

Segundo Almeida e Alencar (2011), o percurso histórico do Serviço Social foi marcado pela dinâmica das classes sociais e pelas intervenções do Estado, sendo bem visível as contradições geradas da relação entre capital e trabalho, as disputas societárias, onde se dá o movimento de organização da profissão. O Serviço Social passa a assumir relações de caráter mais interventivo e educativo da profissão.

O Serviço Social se gesta e se desenvolve como profissão reconhecida na divisão social do trabalho, tendo por pano de fundo o desenvolvimento capitalista industrial e a expansão urbana, processos esses aqui apreendidos sob ângulo das novas classes sociais emergentes – a constituição e expansão do proletariado e da burguesia industrial – e das modificações verificadas na composição dos grupos e frações de classes que compartilham o poder do Estado em conjunturas históricas específicas (IAMAMOTO, 2004, p. 77).

É através da análise crítica que é possível reconhecer como o Estado aplica suas ações a respeito da oferta de serviços sociais, que por mais que se tenha um discurso que suas ações seriam para o atendimento dos direitos da população, na prática se evidencia que na verdade não são direcionados para todos que necessitam, acabam sendo pontuais e focalizadas com critérios seletivos, atendendo em maior número a população que se encontra em uma zona de extrema pobreza, dando acesso ao mínimo necessário para a sua sobrevivência (QUEIROZ, 2014, p.51).

Segundo Queiroz (2014), para se entender as transformações que acontecem na esfera do trabalho e dos serviços sociais, se faz necessário conhecer as bases do ideário neoliberal que se norteiam pela regulação estatal mínima, com o objetivo de se reordenar o societário sob o domínio do capital, trazendo consequências para a classe trabalhadora, “como a perda de direitos trabalhistas conquistados, precarização do trabalho, aumento do desemprego,

do subemprego, corte nos gastos sociais, promulgação de legislação anti-sindical, privatizações em geral e fusões empresariais diversas” (QUEIROZ, 2014, p. 52).

Tais mudanças expostas convocam a categoria profissional para se engajar em novos compromissos com a luta contra o avanço neoliberal, pois essas transformações societárias além de modificar a realidade das pessoas, também impactam no exercício profissional, “os/as assistentes sociais comprometidos com a consolidação do Estado democrático dos direitos requer o fortalecimento de uma intervenção crítica, autônoma, ética e politicamente comprometida com a classe trabalhadora e com as organizações populares de defesa dos direitos” (QUEIROZ, 2014, p.53).

Com isso, para se pensar na atuação profissional sobre a política de educação profissional e tecnológica, precisa se passar por várias temáticas nas quais o assistente social trabalha no cumprimento de suas atribuições. A conexão entre o Serviço Social e educação surge quando a educação se torna uma pauta central no âmbito das lutas sociais para a reivindicação de ações que minimizem as mazelas sociais causadas pelo capital.

Diante do que foi exposto, a inserção do Serviço Social na educação ocorreu com a expansão do exercício profissional para diversos espaços sócio ocupacionais, quando o Brasil começa enfrentar novas expressões da questão social, principalmente de caráter sócio econômico nos anos de 1930, período este em que a educação tem o reconhecimento como questão nacional. A política de educação no Brasil é um espaço de disputa entre as classes sociais, se constitui sob um discurso de um plano de desenvolvimento que tem como orientação erradicar o analfabetismo, universalização do atendimento escolar, melhoria na qualidade de ensino, significando a própria constituição do ser social enquanto cidadão de direitos (QUEIROZ, 2014, p. 56).

O Serviço Social tem na sua gênese marcas das determinações históricas da evolução da sociedade capitalista. Sendo uma profissão que tem sua consolidação no interior das lutas de classe, tendo essa realidade social como seu objeto de intervenção profissional, tem que levar em consideração as influências de contexto político, econômico e social de cada período. Com isso,

se tem a necessidade de articular novas condições de trabalho de acordo com a complexidade conjuntural da contemporaneidade, com a preocupação de se concretizar a atuação profissional de forma coerente conforme os projetos teórico metodológicos, técnicos operativos e ético político que regem a profissão. Tal situação que segundo Queiroz (2014), não se mostra diferente no campo da educação profissional e tecnológica, por conta da grande movimentação de inovações tecnológicas vividas no mundo do trabalho nos séculos de XX e XXI, atingindo o campo das Políticas Sociais públicas

Dessa forma, o Serviço Social dentro da esfera educacional é para além da educação restrita ao ambiente escolar, devendo considerar as múltiplas expressões que acabam se manifestando dentro desse espaço, correlacionando aos impactos causados na contemporaneidade que extrapolam o âmbito escolar atingindo o familiar e o societário em geral. Sendo um importante espaço de atuação profissional, pela sua atitude “teórico-metodológica analítica, crítica e propositiva que contemple a historicidade a fim de evitar nortear pelo senso comum, possibilitando construir reflexões teóricas mais contributivas à realidade na ótica de totalidade e, desta forma, objetivar-se assertivamente ações de qualidade no exercício profissional às demandas recebidas” (QUEIROZ, 2014, p. 58).

Com a expansão e consistência no âmbito da política pública educacional, a inserção do Serviço Social nessa esfera vem se expandindo, requisitando tanto para os programas e projetos socioeducativos, quanto para a assistência estudantil, no seu acompanhamento e enfrentamento das expressões da questão social e os inúmeros problemas enfrentados pelos estudantes das escolas públicas. Com isso, a atuação dos assistentes sociais nesse espaço tem se voltado no fortalecimento de redes de acesso aos serviços sociais e sociabilidade e no reconhecimento e ampliação dos direitos dos sujeitos sociais. Sendo importante ressaltar que como todo profissional da área da educação, é de extrema importância conhecer o contexto institucional, o seu papel dentro da instituição que trabalha e como se dá toda a relação com os usuários, a família, a comunidade com as que fazem interlocução, ou seja, conhecer a realidade em torno do seu espaço para poder identificar os serviços necessários e disponíveis a ser ofertado para suprir as demandas que chegam

até o profissional de acordo com as possibilidades existentes (QUEIROZ, 2014, p.64).

Contudo, segundo Queiroz (2014) não é alheio ao profissional que se tem sérias dificuldades nesse espaço sócio ocupacional a serem superados, pois mesmo com a Constituição Federal de 1988 ter preconizado a igualdade entre os sujeitos, dentro na prática cotidiana se tem a dificuldade de pôr efetivamente em curso, com isso, acaba por engessar a execução dos direitos. O fazer profissional em meio à precarização das políticas sociais e uma crise da economia mundial, onde os efeitos sempre recaem sobre a classe trabalhadora, deixa a atuação mais desafiadora, entre o que é proposto e as condições reais de se realizar na prática. A brochura “Subsídios para atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação”, elaborada pelo CFESS (2010 e 2012), versa sobre os desafios encontrados nesse espaço e traz orientações voltadas para a consolidação do Serviço Social no âmbito da Política de Educação, com o objetivo de contribuir para que a atuação profissional nessa política se efetive em consonância com os processos do projeto ético-político, e pela luta para uma educação pública, laica, presencial e de qualidade.

4.1 Das dificuldades enfrentadas pelos Assistentes Sociais no seu fazer profissional dentro dos Institutos Federais.

4.1.1 Do percurso metodológico

Este trabalho tem como objetivo fazer uma análise do percurso histórico da política de Assistência Estudantil nos Institutos Federais no Brasil e os desafios enfrentados pelos Assistentes Sociais no seu fazer profissional nesse espaço, analisando os processos de surgimento da política e como ela se efetiva na prática. Para isso foi utilizado o método de pesquisa bibliográfica e a observação participante, pelo o meu período como estagiária no IFMG - Ouro Preto.

Inicialmente essa pesquisa tinha sido pensada em ser realizada através de uma pesquisa com um questionário semi-estruturado construído na plataforma do Google Forms, que seria enviado para os 15 Assistentes Sociais

que compõem o Núcleo de Assistentes Sociais (NASIFMG) que trabalham nos doze campi dos Institutos Federais localizados em Minas Gerais.

Mas durante o processo de apreciação do Comitê de Ética da Plataforma Brasil o projeto acabou voltando e com isso limitou o tempo de pesquisa que teria para a conclusão deste trabalho. Com tais dificuldades que encontrei, fiz a escolha de direcionar a pesquisa para o estudo a partir de textos, artigos, resultados de pesquisas que contribuiriam para as análises tecidas e construídas no decorrer da elaboração do presente trabalho. As referências de resultados de pesquisa que utilizei foram dos textos “Serviço Social, Assistência Estudantil e “Contrarreforma” do Estado” e “A Atuação Profissional do/a Assistente Social no Instituto Federal de Mato Grosso - IFMT: desafios e particularidades do Serviço Social na área da educação profissional e tecnológica”. Tais pesquisas utilizaram o método de entrevista, me baseei nas falas dos/das assistentes sociais entrevistados que estavam contidas nos textos e nas minhas percepções sobre o espaço para fazer os apontamentos dos desafios desse espaço.

Para as análises tecidas, como dito anteriormente, foram considerados o período de estágio em que estive vinculado ao Instituto Federal de Ouro Preto, na condição de estagiário do setor de Serviço Social do IFMG – Campus Ouro Preto, que se encontra dentro do Departamento de Relações Empresariais e Comunitárias (DREC), realizando as atividades de: participar de reuniões semanais com a supervisora de campo, do Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (NAPNEE), da comissão multidisciplinar, da comissão de ingresso, permanência e êxito do discente; fazendo o acompanhamento das análises socioeconômicas, das demandas que chegavam até o setor. Nessa ocasião me defrontei com os desafios da atuação do/a Assistente social na Assistência Estudantil, tendo os mais latentes a questão orçamentária, a sobrecarga de trabalho, a falta de entendimento por parte dos alunos e servidores sobre o que é o Serviço Social e a política de Assistência Estudantil.

Inclusive nesse período de pandemia de Covid-19 essas questões ficaram mais latentes, principalmente na parte orçamentária e no aumento de

sobrecarga de trabalho profissional, visto que as demandas para os auxílios aumentaram e são muitas análises socioeconômicas para serem feitas em um campus grande que só conta com uma Assistente Social. Diante da questão orçamentária se teve que tomar a ação de priorizar as modalidades A e B nos editais, e as bolsas permanência terem só um valor de R\$150,00 para todas as modalidades o que é o resultado dos recorrentes cortes orçamentários que o Governo vem fazendo na Política de Educação, que só está se intensificando.

Sobre a questão da compreensão por parte dos estudantes sobre os editais, o Serviço Social e a política de assistência estudantil, se tornou o tema do meu Projeto de Intervenção durante o meu estágio. O projeto de intervenção foi construído em conjunto com a outra estagiária do *campi*, tendo assim duas etapas, a primeira foi a escuta dos estudantes através de um questionário enviado pelo *Google Forms* para poder compreender as suas maiores dificuldades. O resultado colhido deste formulário foi utilizado como base para o desenvolvimento da segunda etapa do projeto de intervenção, que foi a montagem de um material chamado Edital Ilustrado para esclarecer as dúvidas mais recorrentes colhidas pelo formulário. A montagem desse material foi pensada juntamente com a supervisora de campo, utilizando como referência uma cartilha que já foi usada no campus, a estrutura foi feita pela a estagiária e foram feitas contribuições tanto da supervisora de campo quanto da outra estagiária do campus. Tal projeto não teve condições de acompanhar os resultados da sua aplicação por conta do término do período do estágio.

4.1.2 Aspectos teórico-metodológicos do trabalho profissional do Assistente social na Assistência Estudantil

De acordo com Cavaignac e Costa (2017), é importante ressaltar que, o objeto de trabalho do assistente social nesse espaço sócio ocupacional não é especificamente a assistência estudantil, mas sim a questão social e suas múltiplas refrações, nas quais inviabilizam o acesso e permanência ao ensino. Sendo necessário ter a clareza,

A 'questão social' é mais do que pobreza e desigualdade. Ela expressa a banalização do humano, resultante da indiferença

frente à esfera das necessidades das grandes maiorias e dos direitos a elas atinentes. Indiferença ante os destinos de enormes contingentes de homens e mulheres trabalhadores submetidos a uma pobreza produzida historicamente (e, não, naturalmente produzida), universalmente subjugados, abandonados e desprezados, porquanto sobrantes para as necessidades médias do capital (CAVAIGNAC, M. COSTA, R. 2017. p.424, *apud*, IAMAMOTO, 2009b, p. 31).

Dessa forma, o assistente social compreendendo a questão social e elaborando sua atuação para minimizar as demandas no processo educacional, buscam viabilizar o acesso da população à política de educação como um direito social sendo de extrema importância que o profissional tenha uma leitura crítica da realidade social, o seu contexto institucional e os meios de trabalho que estão a sua disposição (CAVAIGNAC, M. COSTA, R. 2017. p.426). Tais trabalhos, que em maior parte são ações direcionadas aos processos de seleção de estudantes para a concessão dos auxílios ofertados na Instituição. Processos que são realizados por meio de estudos socioeconômicos, visitas domiciliares, entrevistas e outras estratégias que o profissional compreender ser necessário para se entender a realidade social do sujeito, de modo a identificar aqueles que os auxílios são imprescindíveis para sua permanência nos estudos. Com esse caráter seletivo da assistência estudantil, e com o crescente aumento na demanda por auxílios por conta das condições de vulnerabilidade em que os estudantes vivem, acaba sendo o maior desafio para os assistentes sociais (CAVAIGNAC, M. COSTA, R. 2017. p.426). Como é relatado na pesquisa feita por Cavaignac e Costa (2017),

A demanda principal é auxílio. Se eu não tiver enganada, dos dez alunos que baterem na minha porta lá no Serviço Social, nove estão em busca de auxílio, de algum tipo de auxílio, seja moradia, seja transporte, seja auxílio óculos, seja o próprio bolsa permanência. Mas todos eles que procuram o Serviço Social, eu posso dizer que quase 98% estão em busca de auxílio (ASSISTENTE SOCIAL 09) (CAVAIGNAC, M. COSTA, R. 2017. p.426)

A gente sai de uma seleção, quando a gente começa a acompanhar, o semestre já acabou e a gente já tá vendo se tem dinheiro pra fazer a outra seleção. Tem os meninos que estão ingressando no primeiro semestre, aí precisa ter acesso aos auxílios. Então essa demanda dos auxílios é uma demanda que toma conta do cotidiano da gente o tempo inteiro (ASSISTENTE SOCIAL 01) (CAVAIGNAC, M. COSTA, R. 2017. p.426).

Dessa forma, de acordo com Cavaignac e Costa (2017), por conta de tal desafio enfrentado, as ações voltadas para o socioeducativo acabam por ficar em segundo plano, sendo também muito importante para o processo de formação profissional dos estudantes, pois contribuem para uma formação de forma integral, sob o ponto de vista social, político e cultural. Sendo nesse espaço que se tem a dimensão educativa do trabalho do assistente social, no socializar informações, estimular o debate e despertar o pensamento crítico do corpo estudantil. Esse planejamento e execução das atividades socioeducativas é um exemplo onde o assistente social assume uma posição de sujeito da ação profissional, superando a posição de somente um executor de políticas, projetos e programas institucionais.

Contudo, a atuação do assistente social na área da educação ainda se dá de forma mais tímida, precisando ser ampliada no que se refere ao planejamento e tomadas de decisões, como foi relatado na pesquisa realizada por Cavaignac e Costa (2017),

Eu acho que o assistente social ainda precisa participar melhor. A gente precisa [...] conquistar os espaços e ir para o embate. A gente vai ter conflito sim, porque o nosso pensar é muito mais reflexivo e crítico do que muitas formas de pensar, então a gente vai ter esses momentos de embate, e a gente não pode perder. Aí eu vou participar porque são esses espaços que a gente precisa garantir, o espaço da fala, o espaço da discussão, que é um espaço público. A gente não pode ficar sempre na salinha, no ambiente de conforto, ou na zona de conforto, fazendo o trabalho, mas a gente tem que ousar um pouco mais, a gente tem que sair, tem que mostrar a cara e conquistar os espaços, de uma maneira que alguém possa um dia olhar e dizer assim: 'Que falta faz uma assistente social aqui. Aqui deveria ter uma assistente social' (ASSISTENTE SOCIAL 03) (CAVAIGNAC, M. COSTA, R. 2017. p.427).

Sendo através do processo de planejamento das ações e o seu uso na prática constante dentro da instituição, o assistente social desenvolve uma atuação que supera a superficialidade e a fragmentação, com isso, ampliando o acesso e a efetivação da educação como um direito social (CAVAIGNAC, M. COSTA, R. 2017. p.427).

No meu período de formação no curso de Serviço Social, no cumprimento do estágio curricular tive a oportunidade de me inserir nesse espaço sócio ocupacional da assistência estudantil dentro de um Instituto Federal de Minas Gerais, tendo a experiência desse período parte de forma presencial e também online por conta do cenário de pandemia de Covid-19 que se iniciou em março de 2020.

Dentre os três períodos que estive neste espaço pude ver e vivenciar de perto o fazer profissional, suas ações, seus limites e suas adequações perante ao novo cenário de período pandêmico. Sendo bem nítido o cenário de tensão entre o projeto profissional e as condições de trabalho enfrentadas pelos assistentes sociais,

Verifica-se uma tensão entre projeto profissional, que afirma o assistente social como um ser prático-social de liberdade e teleologia, capaz de realizar projeções e buscar implementá-las na vida social; e a condição de trabalhador assalariado, cujas ações são submetidas ao poder dos empregadores e determinadas por condições externas aos indivíduos singulares, os quais são socialmente forçados a subordinar-se, ainda que coletivamente possam rebelar-se (IAMAMOTO, 2009, p.248)

Como citado acima, por mais que o profissional tenha a capacidade para mediar tais tensões entre a relação de sua liberdade com as condições de trabalho são recorrentes os entraves enfrentados por esses profissionais dentro da sua atuação.

Segundo Cavaignac e Costa (2017), de fato, as expressões da questão social que estão na realidade dos estudantes acabam prejudicando em seu rendimento acadêmico e comprometem sua permanência, tendo casos de se chegar ao abandono do curso. É nesse contexto que o profissional usa sua capacidade crítica para poder elaborar respostas para o enfrentamento das expressões da questão social, onde se destaca,

a pobreza, a violação e/ou negação de direitos, os diversos tipos de violência (doméstica, psicológica, de gênero etc.), o acesso precário aos serviços de saúde e de habitação, a dificuldade de

acesso à alimentação e ao lazer, a desigualdade social, as situações de desemprego e/ou de trabalho precário, a fragmentação das relações familiares, o preconceito e a discriminação,...] (CAVAIGNAC, M. COSTA, R. 2017. p.427).

Como podemos ver na fala da assistente social na pesquisa realizada por Cavaignac e Costa (2017),

[...] essencialmente eu vejo a desigualdade social, que se expressa muito na pobreza, então é uma expressão da questão social. A gente não vê aparente, mas quando analisa, faz uma entrevista, faz uma visita domiciliar, vê isso de uma forma muito forte. Muitas vezes a dificuldade de acesso aos equipamentos de saúde, [...] a questão do preconceito, da discriminação por orientação sexual, por cor, a gente percebe isso [...] (ASSISTENTE SOCIAL 03) (CAVAIGNAC, M. COSTA, R. 2017. p.428).

No levantamento de dados bibliográficos feito para a elaboração dessa monografia e pela minha percepção enquanto estagiária desse espaço, as pesquisas encontradas revelam certos entraves que são recorrentes dentro dos Institutos. Onde “Em alguns casos, por exemplo, há apenas um assistente social para uma unidade de ensino que tem 700 (setecentos) discentes matriculados.” (CAVAIGNAC, M. COSTA, R. 2017. p.428). É evidente que se tem prejuízos ao atendimento e também ocorre uma sobrecarga de trabalho para o profissional, mesmo nas Instituições que têm mais de um assistente social, nota-se que o número de profissionais ainda não é proporcional em relação ao número de estudantes.

Segundo Cavaignac e Costa (2017), outra dificuldade identificada muito apontada pelos profissionais é a falta de profissionais de outras categorias para compor a equipe de assistência estudantil. Isso acaba fragilizando o acompanhamento acadêmico do estudante, pois a falta de uma equipe multidisciplinar acaba comprometendo o atendimento das necessidades em sua totalidade.

Alguns assistentes sociais relatam as fragilidades que acabam variando de campus para campus, referente a estrutura física e a disponibilidade de materiais necessários para poderem realizar o seu trabalho, às vezes

comprometendo as condições éticas e técnicas para a atuação dos assistentes sociais,

De acordo com relatos dos interlocutores, enquanto em alguns campi existe uma sala exclusiva para o Serviço Social, em outros o assistente social tem de compartilhar a mesma sala com profissionais de outras categorias, organizando-se a equipe multiprofissional em espaços e estruturas muitas vezes inadequados para a realização do atendimento individual dos usuários – com divisórias de gesso ou de madeira, por exemplo –, o que prejudica o sigilo profissional. Noutros casos, a sala que deveria ser reservada para o atendimento individual acaba sendo utilizada para outras finalidades, servindo de arquivo, de almoxarifado e até de copa. A disponibilidade de uma estrutura física adequada também se mostra imprescindível à realização de atividades de assistência estudantil em grupo, entretanto muitos campi sequer reservam salas ou espaços próprios para estas atividades, dispondo apenas das salas de aula, que, porém, nem sempre estão disponíveis, uma vez que se destinam às atividades de ensino (CAVAIGNAC, M. COSTA, R. 2017. p.428).

É apontado também, a falta de entendimento do que é o Serviço Social pelos servidores e estudantes do próprio Instituto. Como mostra no relato dos entrevistados da pesquisa realizada por Queiroz (2014),

Falta o entendimento, por parte dos colegas Servidores e dos Alunos, do que é Serviço Social, o que faz um Assistente Social e seu papel na Educação. Esse é um dos entraves. Outro entrave seria não participar das decisões de como será destinado o Recurso para a Assistência Estudantil. Já vem pronto e pré destinado todo o montante que será gasto (AS C) (QUEIROZ, 2014, p. 88).

Os principais entraves que ainda existem para a efetivação da prática profissional do IFMT são a concepção ainda conservadora que existe para muitos, onde este profissional deve trabalhar na perspectiva da benemerência. O desconhecimento sobre o que é a profissão também torna-se um entrave, pois acaba muitas vezes dificultando o fazer profissional (AS D) (QUEIROZ, 2014, p. 88).

Foi algo que presenciei no meu período de estágio, e que virou objeto do Projeto de Intervenção, sendo pensado e elaborado conforme com o que foi observado em campo e os debates que foram realizados com a supervisora de campo sobre os desafios do dia a dia da assistência estudantil dentro do campus.

Diante disso, foi observado uma certa dificuldade dos estudantes e servidores, de compreender a política de assistência estudantil, os editais e o papel do Serviço Social na instituição. Com isso, o Projeto de Intervenção teve como proposta uma ação de esclarecimento das maiores dúvidas e dificuldades sobre o assunto, contendo os elementos principais dos editais e da assistência estudantil com uma linguagem direta, e também com o passo a passo com imagens de modelos das documentações que precisam ser apresentadas para o concessão das bolsas de assistência estudantil, a fim de deixar o processo mais claro possível.

Outro grande entrave que se destaca entre os relatos das pesquisas é a questão orçamentária, onde o que é repassado para o desenvolvimento das ações de apoio estudantil acaba não sendo o suficiente para atender a todos que necessitam da política. Em um contexto neoliberal, o Estado tende a reduzir os investimentos nas políticas sociais, como a assistência estudantil. Com isso, as Instituições que tiveram uma grande expansão de vagas no processo de democratização da educação, vem sendo alvo de ataques pelo governo na redução do seu orçamento a cada ano, influenciando a política ter a ação bem mais focalizada naqueles estudantes mais vulneráveis financeiramente, limitando o atendimento do assistente social e tendo seu alcance reduzido. A perspectiva é que essa questão orçamentária continue se limitando mais e sujeitos a retrocessos, como relatado nessas falas da pesquisa de Cavaignac e Costa (2017),

Eu acho que em breve eu não sei como vai estar a questão do orçamento e aí a gente vai ter que reinventar o nosso trabalho. O pior é que a gente vai ter que reinventar o nosso trabalho não porque apareceram outras demandas, não é porque a gente fez outras releituras da realidade. A gente vai ter que reinventar o nosso trabalho por uma violação de direitos da educação (ASSISTENTE SOCIAL 01).

Eu tô pensando que daqui a pouco a gente vai tá tão limitado, tanto de recursos financeiros pra liberação de auxílios, como de outros recursos pra fazer acompanhamento, pra tentar viabilizar a permanência desse aluno aqui, que seria o foco principal da assistência estudantil. Eu acho que vai ficar bem comprometido, pelo cenário político (ASSISTENTE SOCIAL 04).

Diante do que foi exposto acima sobre todas as dificuldades enfrentadas pelos assistentes sociais em seu exercício profissional, fica nítido o contexto de desmonte das políticas sociais e como isso impacta nas condições do trabalho desenvolvido pelo assistente social. O Estado nesse cenário se mostra com pouca preocupação para a educação, destinando recursos escassos, enquanto os investimentos para as iniciativas ligadas ao capital continuam aumentando. Dessa forma, “as possibilidades de efetivação da educação como um direito, bem como de materialização do projeto ético-político do Serviço Social, diante das ofensivas capitalistas, requerem embates cotidianos, não só nos espaços ocupacionais, como nas lutas e movimentos sociais mais amplos da sociedade” (CAVAIGNAC, M. COSTA, R. 2017. p.432).

Considerações Finais

Nesse estudo, buscou-se compreender o processo da assistência estudantil nos Institutos Federais e os desafios encontrados na atuação profissional do assistente social. Em tal cenário contemporâneo, os tensionamentos neoliberais implementados pelo Estado impactam diretamente no exercício profissional dos assistentes sociais, atingindo os direitos sociais já conquistados pela classe trabalhadora, o que acaba limitando a efetivação e o alcance de tais políticas. E no âmbito da assistência estudantil não é diferente, diante do que foi exposto acima sobre os entraves enfrentados para o desenvolvimento de ações que sejam capazes de suprir as demandas que chegam para o assistente social nesse espaço. Com isso, o profissional nesse espaço se vê na necessidade de construir uma atuação que vá para além das concessões de benefícios, trabalhando em rede junto com a comunidade, se aproximando de movimentos sociais e outros debates para formas de atuação.

Sendo o grande desafio para o profissional a defesa da educação como um direito social de todos, exigindo assim, intervenções mais críticas. Tendo a compreensão que a educação também tem como objetivo a formação de pessoas com pensamentos críticos para conseguir transformar a sociedade.

Desse modo, se faz necessário reconhecer que existe uma necessidade urgente de ampliar mais os debates sobre essa política, se aproximando de outros profissionais da área e sintonizando suas ações, para possibilitar reflexões sobre as particularidades existentes na política de educação nos campi, compreender a dinâmica da própria instituição para poder desenvolver ações para ampliação dos direitos sociais educacionais e em defesa da educação gratuita e de qualidade.

Referências Bibliográficas:

ALMEIDA. ALENCAR, Mônica Maria Torres de. **Serviço Social, trabalho e políticas públicas**. São Paulo: Saraiva, 2011.

ALTAMANN, Helena. **Influências do Banco Mundial no projeto educacional brasileiro**. Universidade Federal de Minas Gerais. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.28, n.1, p. 77-89, jan./jun. 2002.

BENITES, Larissa. C. SOUZA, Everton. **Educação profissional e tecnológica no Brasil: uma história de avanços e retrocessos**. Programa de Pós-Graduação em Educação Universidade do Estado do Pará Belém-Pará- Brasil. Revista Cocar. V.15 N.32/2021 p. 1-19.

BOMENY, Helena. Reformas Educacionais. p. 3-8. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/REFORMAS%20EDUCACIONAIS%20.pdf>. Acesso em: 26 de dezembro de 2021.

BRASIL. **Decreto nº 7.566**. Crêa nas capitães dos Estados da República Escolas de Aprendizizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito. Rio de Janeiro, 1909. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7566-23-setembro-1909-525411-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 28 de setembro de 2021.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, 26 jun. 2014, Edição extra, Seção 1.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Coordenação Edições Câmara. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 5. ed. Brasília, 2010.

BRASIL. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, 2010. Diário Oficial da União, 20 jul. 2010.

BRASIL. **Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007**. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Diário Oficial da União. 25 abr. 2007.

BRASIL, Presidência da República. **Lei Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, 2008.

BRASIL, Presidência da República. **Lei Nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994**. Dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica e dá outras providências.

CAVAIGNAC, M. COSTA, R. **Serviço Social, Assistência Estudantil e “Contrarreforma” do Estado**. Temporalis, Brasília (DF), n. 34, jul./dez. 2017.

DENTZ M., SILVA R. R. D. **Dimensões históricas das relações entre Educação e Serviço Social: elementos para uma revisão crítica**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 121, p. 7-31, jan./mar. 2015.

CFESS. **Seminário de Serviço Social na Educação**. 2012. Disponível em: www.cfess.org.br. Acesso em: 06 maio 2021.

CFESS. **Serviço Social na Educação**. Brasília, 2001. Disponível em: [http://www.cfess.org.br/arquivos/SS_na_Educacao\(2001\).pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/SS_na_Educacao(2001).pdf). Acesso em: 5 maio 2021.

DUTRA N. G. R. SANTOS M. F. S. **Assistência estudantil sob múltiplos olhares: a disputa de concepções**. Ensaio: aval. pol. públ. Educ, Rio de Janeiro, v.25, n. 94, p. 148-181. 2017.

GOMES A. M. O. PASSOS G. O. **A Implementação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) nos Institutos Federais**. Universidade Federal do Maranhão. Revista de Políticas Públicas, vol. 22, núm. 1, pp. 416-442, 2018.

IAMAMOTO. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo: Cortez, 2004.

KOWALSKI, A. V. **Os (des)caminhos da política de assistência estudantil e o desafio na garantia de direitos**. 2012. 179 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2012.

LORENZET D., ANDREOLLA F., PALUDO C. **Educação Profissional e Tecnológica (EPT): Os desafios da relação Trabalho-Educação**. Trabalho & Educação. v.29, n.2. p.15-28. 2020.

MADURO D. B. S., HEIJMANS R., MOREIRA. P. **Educação Profissional Técnica e Tecnológica no Brasil: uma construção dual**. Trabalho & Educação. v.29. n.3. p.151-168. set-dez, 2020.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política: Livro 1: o processo de produção do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MONTAÑO, Carlos. **Estado, classe e movimento social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011. (Biblioteca Básica de Serviço Social, 5).

QUEIROZ, Francismeir Cristina. **A Atuação do/a Assistente Social no Instituto Federal de Mato Grosso – IFMT: desafios e particularidades do Serviço Social na área da educação profissional e tecnológica**. Programa de Pós-Graduação em Política Social. Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá. 2014.

SOUZA, Jacqueline D. A. **Na travessia: Assistência Estudantil na Educação Profissional:** as interfaces das Políticas de Assistência Social e Educação. Programa de Pós-Graduação em Política Social. Universidade de Brasília. Brasília. 2017.